


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **0015641-28.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

Rosana Candido Vieira da Silva propõe ação contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais visando o pagamento de indenização correspondente ao seguro DPVAT, por lesão grave sofrida em acidente de trânsito ocorrido no dia 07/12/2006. Alega que a invalidez gera o direito ao recebimento de indenização do seguro obrigatório *DPVAT*, entretanto, não o recebeu. Sustenta que teve ciência inequívoca da invalidez em 25/03/2013, motivo pelo qual não se operou a prescrição e que o valor indenizatório deverá ser correspondente a 40 salários mínimos (art. 3º, da Lei 6.194/74), e não conforme o percentual da Tabela Susep. Ao final, pugnou pela condenação da ré ao pagamento de indenização securitária, no valor de 40 salários mínimos. Juntou documentos (fls. 10/15).

Citada, a ré contestou (fls.21/43) alegando, preliminarmente, ilegitimidade de partes, vez que quem deve figurar no polo passivo é a empresa Seguradora Consórcios do Seguro *Dp vat* S/A; carência de ação, tendo em vista que não houve a negativa de indenização por meio da via administrativa e; falta de pressuposto processual, em razão do autor não instruir a peça inaugural com o documento necessário (laudo do exame de corpo de delito). No mérito, alegou que ocorreu a prescrição da pretensão indenizatória; que o pedido de indenização é inviável, pois o autor não trouxe aos autos laudo médico oficial e; que a indenização deve ser calculada conforme o percentual da Tabela Susep. Ao final, pugnou pelo acolhimento das preliminares, com a extinção sem julgamento do mérito e, no mérito, pela improcedência da demanda, reconhecendo-se a prescrição da pretensão indenizatória.

Réplica a fls. 60/66.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

O processo foi saneado (fls. 76) , repelindo-se as preliminares arguidas, a exceção da prescrição que será objeto de análise nesta oportunidade. Determinou-se a realização de exame médico-pericial pelo IMESC.

Laudo pericial a fls. 107/112, tendo as partes, sobre ele se manifestado.

O laudo foi homologado e a instrução encerrada.

Somente a ré (fls. 137/144), apresentou memoriais.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do NCPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

Nos termos da Súmula nº 278/STJ - *O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral.*

O laudo pericial no entanto, foi categórico em afirmar que as sequelas causaram invalidez parcial e permanente e incompleta para o trabalho e que o autor teve ciência inequívoca da consolidação das lesões ortopédicas em 25/03/2013 (leia-se fls. 110, item 5).

Assim, a prescrição há que ser afastada.

No mais, sustenta a autora padecer de incapacidade funcional decorrente de acidente de veículo automotor, com direito então à percepção da verba indenizatória prevista na Lei nº 6.194/74, atinente ao chamado Seguro DPVAT.

A indenização acaso devida decorre não apenas do sinistro, mas da existência de incapacidade funcional, o que induz a necessidade de avaliação pericial

O exame pericial constatou que o autor apresenta lesão permanente por sequela relacionada aos traumas sofridos durante o acidente, avaliada em 6,25% (fls. 110, item 6).


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

No entanto, o acidente ocorreu em 07/12/2006, anterior à publicação da MP 340/02006, devendo se aplicar, pois, a regra do “tempus regit actum”.

É pacífico nos tribunais que “o valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n. 6.194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária” (, SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, REsp 153.209/RS, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, Rel. p/ Acórdão Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22.08.2001, DJ 02.02.2004 p. 265).

Aplica-se a lei vigente ao tempo do acidente. Mas é preciso considerar o percentual incapacitante e nada nos autos infirma a conclusão pericial, que estabeleceu em 35%. Não há melhor referência, utilizando-se então a Tabela preconizada no laudo, embora impugnada pelo autor, a pretexto da época de edição. Independentemente disso, trata-se de estabelecer um critério técnico, a respeito da perda da aptidão funcional.

É pacífico na Jurisprudência o Entendimento "de que o art. 3º da Lei 6.194/74, não fora revogado pelas Leis 6.205/75 e 6.423/77, porquanto, ao anotar o salário-mínimo como padrão para fixar a indenização devida, não o tem como fator de correção monetária que estas Leis buscam afastar" (REsp. nº 129.182-SP, 3ª Turma - Rel. Min. WALDEMAR ZVEITER, j. 15.12.97). Resolução do CNSP não revoga Lei, posto que esta acha-se em patamar superior às Resoluções diante da hierarquia das Leis e Constituição Federal vigentes no País.

O art. 3º da Lei nº 6.194/74, ao fixar os valores indenizatórios em salários mínimos, presta-se apenas à determinação do valor da indenização devida, ou seja, serve de simples parâmetro para se estabelecer a quantia certa que não se confunde com índice de reajuste,


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

daí porque sua exigência não encontra vedação em Lei posterior.” (STJ - REsp n. 296.675-SP, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, publicado em 23/9/2002; REsp n. 172.304-SP, Rel. Min. ARI PARGENDLER, publicado em 18/3/2002; REsp n. 20.802-SP, Rel. Min. ATHOS CARNEIRO).

A indenização correspondente a 40 salários-mínimos deve levar em conta o salário-mínimo vigente à época do evento, computando-se daí por diante a correção monetária na conformidade com os índices oficiais" (RESP 222.642/-SP, Rel. Min. BARROS MONTEIRO, 4ª Turma, j. 15/02/2001 DJ 09.04.2001, p. 367).

Não se aplica ao caso o limite estabelecido na Lei nº 11.482/2007, pois trata-se de fato ocorrido em 28 de fevereiro de 2006, antes da entrada em vigor da referida lei.

Conforme a Súmula 474 do Superior Tribunal de Justiça: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez". Estimou-se a incapacidade em 6,25%.

A incidência dos juros moratórios é obrigatória, a partir da citação, data em que a devedora foi constituída em mora (CPC, art. 219) [1º TACSP, Ap. Sum. 1.028.169-3, j. 05.02.2002, Rel. Juiz Ary Bauer, RT 805/254).

Os juros moratórios correm, sem dúvida, à taxa legal, de 12% ao ano, desde a época da citação inicial.

Diante do exposto, acolho parcialmente o pedido e condeno Porto Seguro Cia de Seguros Gerais a pagar a autora, a importância correspondente a 6,25% de 40 salários mínimos vigentes à época do acidente, com correção monetária desde a data do ajuizamento da ação e juros moratórios, à taxa legal, desde a época da citação inicial.

Tendo em vista a proporção da sucumbência, arcará o autor com 75% das custas e despesas processuais, observada a AJG, e a ré com 25%.

O CPC/15 não admite mais a compensação de honorários, assim, condeno a ré a pagar ao advogado do autor honorários arbitrados, por equidade, em R\$ 500,00; e o autor a pagar



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

Rua Sorbone 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos4cv@tjsp.jus.br

aos advogados da ré honorários arbitrados em R\$ 500,00, observada a AJG.

P.R.I.

São Carlos, 07 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**